

ck

111



1290001055



TCC/UNICAMP C14s

NOTAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
CE 853 - MONOGRAFIA II

Prova: 8,0 (oito)

falta

Orientador 8,0 (oito)

Muelo B. C.

4/12/90

O SISTEMA BRASILEIRO DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES
E OS SETORES INDUSTRIAIS BENEFICIADOS



ORIENTADOR: RINALDO FONSECA

BANCA: WALTER BELIK

ORIENTANDO: PAULO ESTEVAM CAMARGO

Campinas, novembro de 1990. /

TECNOLOGIE

ÍNDICE

	PÁG.
INTRODUÇÃO	03
CAPÍTULO 1.....	06
NOTAS.....	19
APÊNDICE 1.....	21
APÊNDICE 2.....	23
CAPÍTULO 2.....	29
NOTAS.....	51
CAPÍTULO 3.....	54
NOTAS.....	62
CAPÍTULO 4.....	64
NOTAS.....	74
CONCLUSÃO.....	76
NOTAS.....	78
BIBLIOGRAFIA.....	80

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo mostrar quais foram os setores industriais mais beneficiados pelas linhas de crédito especiais, em termos de valores adquiridos, do sistema brasileiro de financiamento às exportações nas décadas de 1970 e 1980. Como veremos adiante, várias linhas de crédito eram oferecidas a juros abaixo de mercado, o que caracteriza o subsídio implícito nestes financiamentos.

Para alcançar seu objetivo, este trabalho foi dividido em quatro capítulos.

O capítulo um faz uma análise histórica das exportações brasileiras de produtos industrializados abordando a sua origem e desempenho nos últimos 25 anos.

O capítulo segundo tem a incumbência de mostrar a importância dos incentivos nominais (fiscais e creditícios) para o grande crescimento das exportações de manufaturados a partir do início dos anos 1970.

O terceiro capítulo vai explicar o funcionamento do sistema de financiamento às exportações destacando as principais linhas de crédito.

Feita esta classificação, no capítulo seguinte será analisado quais os setores industriais mais beneficiados pelo sistema, dada as principais linhas de crédito e o montante de recursos adquiridos por cada setor.

CAPÍTULO 1

**AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS: ORIGEM
E DESEMPENHO (1960 - 1985).**

De 1960 a 1962, as exportações brasileiras de produtos industrializados(1), com exceção de alimentos, somavam apenas US\$ 84 milhões, ou seja, menos de 7% do total do valor exportado neste período. Por outro lado, somente ao café cabiam nada menos que 53% do valor exportado nestes 3 anos. A diversificação da pauta de exportações começa a ganhar impulso a partir do Programa de Estabilização do Governo(PAEG), implementado pelos ministros R. Campos e O. G. de Bulhões nos primeiros anos de governo militar(1964-67). Para se ter uma idéia do efeito deste programa econômico sobre as exportações de industrializados nos anos subsequentes, as vendas de café como proporção do total exportado declinam de 53% em 1961/62 para 13,4% em 1978/79. Ao mesmo tempo, os produtos manufaturados passam de 7,5% (1962) para 45%(1979).(2)

Dentre as medidas econômicas do PAEG pode-se destacar quatro mais relevantes: a reforma financeira, a reforma tributária, o financiamento externo e a política de comércio exterior. A reforma financeira introduziu um novo padrão de financiamento na economia brasileira. Foi criada a correção monetária (devido às altas taxas de inflação que vinha alcançando a economia brasileira deste o fim do Plano de Metas). Além disso, o governo criou as ORTN's (obrigações reajustáveis do tesouro nacional) para financiar o déficit público e, também, elevou as taxas de juros internas. Todas

estas medidas faziam parte de um ajuste econômico tipicamente ortodoxo. Ainda dentro da reforma financeira, o governo reordenou o mercado de capitais, com a criação de "Financeiras", para fornecerem crédito aos consumidores de bens de consumo duráveis; "Bancos de Investimento", para realizarem empréstimos de longo prazo para as empresas; a criação do "Sistema Financeiro da Habitação"(SFH), que captava recursos de um pagamento compulsório sobre os salários, o Fundo de Garantia por Tempo de serviço(FGTS).

A Reforma Tributária tinha por objetivo sanear as contas do governo. O prazo de pagamentos de impostos foi diminuído; foram criados novos impostos e foi posta em prática uma política de fiscalização rigorosa sobre os estabelecimentos industriais e comerciais. Esta política, em parte, surtiu efeito, já que a receita da União passa de 6,85% do PIB em 1965 para 8,9% em 1969.(3)

A política de comércio exterior e financiamento externo foram correlatas. Havia um incentivo à entrada de capital estrangeiro através das altas taxas de juros praticadas no mercado interno. Concomitantemente, foi adotada uma política de mini-desvalorizações cambiais como forma de incentivos às exportações. Neste caminho, são regulamentados os primeiros projetos que tratavam dos incentivos fiscais e financeiros para as exportações.(4) Quanto às importações, estas foram parcialmente liberadas, com diminuição de tarifas para insumos industriais e bens de capital.

As exportações começaram a aumentar durante o "período de estabilização" (1964-67), mas é a partir de 1968 que o comércio exterior dá um grande salto "para a frente". (5) Entre 1968/73 a economia brasileira cresce como um todo, ganhando destaque os setores de bens de consumo duráveis e bens de capital e o crescimento das exportações de manufaturados. Ao mesmo tempo, as importações de insumos e bens industriais também crescem com taxas históricas. (6) O desempenho favorável das exportações de produtos industrializados pode ser visto como parte de um processo de rápido crescimento industrial verificado no Brasil entre 1968/73. O crescimento do PIB e do setor manufatureiro foram impressionantes neste período. Como mostra a tabela 1.1, o PIB subiu a taxa média anual de 11,5%, enquanto o setor industrial cresceu à taxa de 13,2% em termos reais.

Já o total de exportações aumentou de US\$ 1,9 Bi em 1968 para US\$ 6,2 Bi em 1973, ou seja, um crescimento de 226% em termos nominais. Quanto aos produtos manufaturados, estes saem de US\$ 0,4 Bi (1970) para mais de US\$ 2,0 Bi em 1974.

Como fatores políticos e econômicos importantes para a concretização deste crescimento destacam-se três principais: a) uma política monetária expansionista adotada pelo governo Costa e Silva (sob a regência do então ministro da fazenda Denfin Neto); b) a existência de um alto grau de capacidade ociosa no setor produtivo de manufaturados e; c) um ambiente

TABELA 1.1

PIB e crescimento industrial 1966-80 - Brasil
(índices percentuais médios anuais)

	1966/67	1968-73	1974-80
PIB	4,4	11,5	7,1
Setor industrial	6,4	13,2	7,7
Indústria de manufaturados	7	13,9	6,8

FORTE: TYLER et alii ; "Política industrial e exportação de manufaturados"-
Ed. FGV - 1983 - RJ

internacional favorável para a obtenção de recursos financeiros.

Delfin Neto, a partir de meados de 1967, aproveitava a situação relativamente favorável em que se encontrava as finanças públicas (devido ao PAEG 1964 - início de 1967), e adotava uma política monetária expansionista, liberando crédito para o setor industrial e agrícola.(7) Com isso, a demanda agregada eleva-se substancialmente. A produção industrial é retomada e, também, as importações de insumos industriais e bens de capital. Este aumento das importações não trás desequilíbrios para o balanço de pagamentos, já que as exportações cresciam a taxas maiores que as da importação, recuperando a capacidade de importar da economia brasileira.

Um outro fator de aceleração do crescimento e posterior desenvolvimento da capacidade instalada de produção foi a existência de capacidade ociosa no setor de bens manufaturados. De acordo com J. SERRA(8), o índice de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação aumenta de 79% em 1968 para 90% em 1970, com aumento real da capacidade instalada entre 1971/73.

Por último, o fator que mais nos interessa para o desenvolvimento de nossa análise, o cenário internacional reinante neste período. Aqui, pode-se incluir a expansão significativa do comércio internacional por parte dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim sendo, as exportações brasileiras de industrializados foram uma

importante "fonte de demanda" para a produção industrial brasileiro entre 1970/73.(9)

A partir de 1974, com a desaceleração do crescimento da economia brasileira devido à , principalmente, crise do petróleo, o setor exportador vai passar a ser um importante caminho a ser seguido pelas indústrias para evitar a estagnação.(10). Entre 1974/80 o setor industrial brasileiro cresceu a taxas médias reais anuais de 7,7% (Tabela 1.1), enquanto o PIB cresceu a taxas médias reais de 7,1% ao ano. Comparando com o período do "milagre" (1968/73) esta foi uma média baixa. Mas se compararmos com o crescimento dos países desenvolvidos e de alguns em desenvolvimento veremos que o Brasil teve um crescimento maior, como mostra a tabela 1.2. Para melhor mostrar a importância das exportações como uma fonte de demanda do crescimento industrial entre 1968/80, vejamos os dados da tabela 1.3. Ela mostra a participação das exportações na produção total de manufaturados de vários setores entre 1964 e 1979. Podemos observar que a participação das exportações no total da produção industrial é crescente ao longo dos anos analisados, mostrando assim, as exortações como um estimulador do crescimento industrial.

As exportações brasileiras, em termos de valor(US\$ - FOB), cresceram substancialmente desde a implantação da política de estabilização. A taxa média anual de crescimento entre 1967 e 1985 foi de 15,3% em termos de US\$ correntes. As exportações de manufaturados cresceram à taxas mais

TABELA 1.2

		TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB E DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - VÁRIOS PAÍSES						
		1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
ALEMANHA	Variacao real do PIB	0,60	1,90	5,40	3,10	3,10	4,10	1,90
	Variacao real do PIB industrial	-	-	4,67	1,80	3,57	2,61	1,72
FRANCA	Variacao real do PIB	3,10	-0,30	4,20	3,20	3,30	3,20	1,60
	Variacao real do PIB industrial	-	-	3,64	3,50	5,56	3,48	1,68
E.U.S.A.	Variacao real do PIB	-0,70	-1,00	4,80	4,60	5,20	2,10	-0,20
	Variacao real do PIB industrial	-	-	3,64	4,42	5,93	0,79	-1,57
JAPAO	Variacao real do PIB	-1,40	2,70	4,80	5,30	5,20	5,30	4,30
	Variacao real do PIB industrial	-	-	3,57	2,59	6,72	7,09	-0,74
INGLATERRA	Variacao real do PIB	-1,10	-0,70	3,70	1,00	4,00	2,20	-1,90
	Variacao real do PIB industrial	-	-	4,35	-5,83	6,19	6,67	-0,76
ITALIA	Variacao real do PIB	8,80	-5,60	6,60	2,80	4,30	6,00	4,20
	Variacao real do PIB industrial	-	-	2,94	-1,96	3,00	3,03	5,05
ARGENTINA	Variacao real do PIB	6,30	-0,70	-0,20	6,40	-3,20	7,00	1,50
	Variacao real do PIB industrial	-	-	-	-	-	-	-
MEXICO	Variacao real do PIB	6,10	5,60	4,20	3,40	8,30	9,20	8,30
	Variacao real do PIB industrial	-	-	-	-	-	-	-

ONTE: Internacional Financial Statistics - FMI 1989 (variacao real do PIB)
OECD - ECONOMIC OUTLOOK - 27 - JULY 1980 (variacao real do PIB industrial)

TABELA 1.3

RELACÕES DE EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS
NA PRODUÇÃO TOTAL

	1964	1967	1970	1974	1979
Minerais não-metálicos	0,20	0,70	0,80	1,20	1,80
Metalurgia	1,50	3,60	3,20	1,50	3,70
Mecânica	3,20	5,20	3,60	5,20	14,20
Material elétrico	0,30	0,70	1,40	7,70	4,40
Material de transporte	0,70	0,70	0,70	4,40	9,90
Madeira serrada e em bruto	2,20	3,10	4,20	11,80	8,90
Mobiliário	0,10	0,20	0,30	1,30	0,80
Papel	0,70	0,30	0,90	3,70	7,70
Borracha	2,40	0,30	0,90	1,40	3,40
Couro	2,00	6,20	13,50	17,80	21,30
Produtos químicos	4,10	3,30	5,70	8,00	11,40
Produtos farmacêuticos	0,60	0,80	0,80	1,70	2,50
Perfumaria	2,00	2,80	0,20	0,50	1,10
Plásticos	0,30	0,30	0,10	0,20	0,80
Textéis	0,70	1,00	7,40	10,90	6,50
Vestuário e calçados	0,10	0,20	1,00	9,10	7,40
Alimentos	4,30	5,70	13,30	21,10	16,90
Bebidas	0,20	0,20	0,30	2,90	1,80
Fumo	0,30	0,50	11,50	18,50	22,10
Editorial e gráfica	0,10	-	0,30	0,80	0,60
Diversos	0,40	0,90	2,20	7,30	7,70
TOTAL	2,00	2,60	5,70	6,90	9,10

FONTE: TYLER, W et alii; " Política industrial e exportação de manufaturados no Brasil " - Ed. da FGV - RJ - 1983.

TABELA 1.4

EXPORTAÇÕES TOTAIS E DE MANUFATURADOS - 1965/85
(US\$ MILHÕES)

ANO	TOTAL DE EXPORTAÇÕES	EXPORTAC. INDUSTRIAIS		EXPORTA. SEMI-MANUFA.		EXPORTAC. MANUFAT.	
	VALOR	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)
1965	1595	284	17,80	154	9,70	130	8,10
1968	1881	381	20,30	178	9,50	203	10,80
1970	2739	665	24,30	249	9,10	416	15,20
1971	2904	820	28,20	247	8,50	573	19,70
1972	3991	1297	32,50	399	10,00	898	22,50
1973	6199	2008	32,40	574	9,30	1434	23,10
1974	7951	3180	40,00	917	11,50	2263	28,50
1975	8670	3433	39,60	849	9,80	2584	29,80
1976	10128	3618	35,70	842	8,30	2776	27,40
1977	12120	4884	40,30	1044	8,60	3840	31,70
1978	12659	6504	51,40	1421	11,20	5003	40,20
1979	15244	8532	56,00	1887	12,40	6645	43,60
1980	20132	11384	56,50	2343	11,60	9041	44,90
1981	23293	14066	60,39	2183	9,37	11883	51,02
1982	20175	11728	58,13	1476	7,31	10252	50,82
1983	21899	13108	59,86	1833	8,37	11275	51,49
1984	27005	18003	66,67	2872	10,64	15131	56,03
1985	25639	16820	65,61	2758	10,76	14062	54,85
Media de crescimento anual(%)							
1965-70	11,4	18,6		10,1		26,8	
1970-75	25,9	38,9		27,8		44,0	
1975-80	18,4	27,1		22,5		28,4	
1980-85	5,8	9,9		0,3		11,0	

FONTE: TYLER, W ; OB. CIT. (de 1965 a 1979)
"Series estadísticas" - CACEX - varios anos (de 1980 a 1985)

elevadas, ou seja, a uma média de 27,9% ao ano neste período. Observa-se também pela tabela 1.5 que a participação dos produtos manufaturados no total das exportações subiu de 8,0% em 1965 para 54,85% em 1985.

A distribuição das exportações de manufaturados entre os setores industriais também sofreram importantes modificações nos anos 1970 e início dos anos 1980. Como mostra a tabela 1.5(11), uma das mudanças mais significativas foi a diminuição da participação do setor de produtos alimentícios na composição das exportações industriais brasileiras. Em 1971, este setor possuía 29,92% do total de produtos industrializados exportados em termos de valor, e caiu para 16,03% em 1985. Mas este setor, em 1985, ainda fica com a maior participação em termos relativos. Em seguida, aparecem os setores metalúrgico/siderúrgico (17,27%); material de transporte (13,31%) e setor químico (13,03%).

A indústria de produtos alimentares foi uma das que mais perdeu espaço em termos de valor exportado. No período analisado (1971/85), este setor sofre uma diminuição na participação total das exportações de industrializados de 47,3%. (ver tabela 1.6). O setor que mais perdeu espaço foi o madeireiro. De 13,42% em 1971 para 1,52% em 1985, ou seja, uma diminuição na participação do valor exportado de 88,76%. Fora estes dois setores (alimentos e madeira), todos os demais tiveram um crescimento na participação do valor exportado deste período.

TABELA 1.5

COMPOSICAO DAS EXPORTACOES INDUSTRIAIS BRASILEIRAS -									
SETORES	1971		1975		1980		1985		
	VALOR(%)	QUANTI.(TON)	VALOR(%)	QUANTI.(TON)	VALOR(%)	QUANTI.(TON)	VALOR(%)	QUANTI.(TON)	
ALIMENTOS	30,42	819609	22,9	1140805	21,13	2833653	16,03	3492933	
MADEIRA	13,42	732926	5,47	372209	2,52	641204	1,52	747821	
MECANICA	5,58	25963	9,22	109480	10,18	260144	13,08	280192	
METALURGIA E SIDERURGIA	6,07	44311	6,17	706746	9,04	2465673	14,27	2978870	
MATERIAL ELETRICO	6,32	8753	8,2	22630	6,59	61336	10,06	190576	
MATERIAL DE TRANSPORTE	2,83	13180	9,23	124292	13,29	389259	13,31	481729	
QUIMICA(1)	7,03	45683	7,05	1021392	10,78	2143385	13,03	3727030	
TEXTIL(2)	6,66	22504	14,89	56390	8,13	115877	9,16	257193	
OUTROS	21,67	850044	16,89	814904	17,73	2374900	9,98	4570791	
TOTAL	100	2562973	100	4369148	100	11185511	100	16655135	

(1) inclui perfumaria e produtos farmaceuticos

(2) inclui vestuario e calçados

FONTE: "Brasil - Series Estatisticas" - CADEX - varios anos

TABELA 1.6**TAXAS DE CRESCIMENTO DAS EXPORTACOES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - VALOR (%)**

SETORES	1975/1971	1980/1975	1985/1980	1985/1971
ALIMENTOS	-24,72	-7,73	-24,14	-47,30
MADEIRA	-59,24	-53,93	-39,68	-88,67
MECANICA	65,23	10,41	28,49	134,41
METALURGIA E SIDERURGIA	1,65	46,52	57,85	135,09
MATERIAL ELETRICO	29,75	-19,63	52,66	59,18
MATERIAL DE TRANSPORTE	226,15	43,99	0,15	370,32
QUIMICA(1)	0,28	52,91	20,87	85,35
TEXTIL(2)	123,57	-45,40	12,67	37,54
OUTROS	-22,06	4,97	-43,71	-53,95

(1) inclui perfumaria e produtos farmaceuticos

(2) inclui vestuario e calçados

FONTE: tabela 1.6

Como vimos até aqui, vários fatores influenciaram o crescimento das exportações brasileiras entre 1960 e 1985, entre eles, cabe destaque as condições favoráveis do comércio mundial e a política de mini-desvalorizações cambiais. O próximo capítulo analisará em que medida os incentivos fiscais e financeiros ajudaram o crescimento e a diversificação da pauta de exportações de produtos manufaturados nos últimos 25 anos.

NOTAS - CAPÍTULO 1

- (1) Produtos industrializados englobam os bens manufaturados e semi-manufaturados.
- (2) SERRA, José; "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra" in Belluzo(Org.); "Desenvolvimento Capitalista no Brasil" Ed. Brasiliense S.P. 1984.
- (3) TAVARES, M. C. - "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente" in TAVARES, M.C. "Da substituição das importações ao capitalismo financeiro" RJ Zarár - 1972.
- (4) O capítulo dois faz uma análise detalhada destes incentivos e analisa seu papel para o crescimento das exportações brasileiras de manufaturados.
- (5) FISLOW, A. ; "Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira pós-64" in ESTUDOS CEBRAP nr. 7 jan/mar 1974 - USP - SP
- (6) O apêndice 1 mostra as séries históricas de crescimento das importações brasileiras de 1965 a 1974 por setores industriais.

(7) FISHSLOW, ob. cit.

(8) SERRA, ob. cit.

(9) BONELLI, R e SUZIGAN, W ; "Crescimento industrial no Brasil - incentivos e crescimento recente" IPEA - RJ - 1974

(10) SERRA, ob. cit.

(11) O apêndice 2 faz uma descrição da construção da tabela 1.6, mostrando quais os produtos industriais pertencentes a cada setor.

APÊNDICE 1

Entre 1970/73, período de auge do milagre brasileiro, as importações de produtos manufaturados cresceram a taxas consideráveis. Vale destacar os setores de mecânica pesada, material elétrico e de transporte e produtos químicos e farmacêuticos. (ver tabela A.1). Neste período (1970/73), a capacidade produtiva da indústria brasileira estava se ampliando. (BONELLI, ob. cit.). Devido ao estrangulamento da capacidade produtiva de quase todos os setores citados acima, a solução encontrada, no curto prazo, foi importar bens de capital e bens intermediários.

A partir de 1974, com a crise do petróleo e a desaceleração do crescimento, as importações caem, e só voltariam a crescer no final da década de 1970.

TABELA A.1

RELACOES DAS IMPORTACOES DE MANUFATURADOS NA OFERTA TOTAL (%)

	1964	1967	1970	1974	1979
Minerais nao-metalicos	1,80	1,80	2,70	4,10	2,40
Metalurgia	7,50	11,60	10,00	14,70	4,60
Mecanica	30,90	29,60	28,40	32,10	19,50
Material eletrico	7,80	11,30	18,80	20,20	14,10
Material de transporte	4,80	8,90	7,80	8,80	3,60
Madeira serrada e em bruto	0,10	0,20	0,40	0,70	1,00
Mobiliario	0,10	0,00	0,10	0,20	0,10
Papel	5,80	6,80	8,60	11,50	4,90
Borracha	0,30	0,70	2,90	8,30	4,40
Couro	0,30	0,30	0,50	3,20	2,60
Produtos quimicos	11,10	13,60	15,60	22,20	11,80
Produtos farmaceuticos	3,30	3,60	6,00	8,30	8,10
Perfumaria	3,40	2,20	2,20	4,10	1,20
Plasticos	3,60	7,10	0,50	1,70	0,30
Texteis	0,10	0,20	0,60	2,30	0,60
Vestuario e calçados	0,00	0,10	0,80	0,50	0,30
Alimentos	0,90	1,30	0,90	4,40	5,10
Bebidas	0,80	1,20	4,50	6,90	1,30
Fumo	0,00	0,00	0,00	0,90	0,10
Editorial e grafica	4,40	4,20	2,30	2,00	2,00
Diversos	13,40	17,90	21,70	28,80	21,10
TOTAL	6,10	7,10	8,00	11,90	6,80

FONTE: TYLER, W et alii; "Politica industrial e exportacao de manufaturados no Brasil" - Ed. da FGV - RJ - 1983.

APÊNDICE 2

A tabela 1.6 foi montada de acordo com a nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) para os setores industriais de atividade econômica. Os dados foram recolhidos do periódico "Brasil - Séries Estatísticas" da Caxex dos anos de 1972, 76, 81 e 86.

Os produtos associados a cada setor industrial analisado são os seguintes:

I - ALIMENTOS

1. carne de bovino congelada ou resfriada (indust.)
2. " " frango " " "
3. extrato de tomate
4. café industrializado
5. açúcar cristal/refinado
6. melado comestível
7. produtos de cacau processados
8. suco de laranja concentrado
9. palmito em conserva
10. chá
11. pimenta do reino

II - MADEIRAS

1. madeira de pinho serrada
2. outras madeiras
3. madeira laminada
4. móveis de madeira

III - MECÂNICA

1. máquinas e ferramentas industriais
2. máquinas e ferramentas para extração e movimentação de terra(terraplenagem)
3. caldeiras
4. acessórios para máquinas industriais
5. laminados
6. trêns de laminação
7. motores de explosão ou combustão interna

IV - METALÚRGICA E SIDERÚRGICA

1. alumínio em bruto ("chapas")
2. aço plano
3. ferro em lingotes
4. produtos siderúrgicos manufaturados em geral

V - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES

1. máquinas automáticas de tratamento de informações
2. produtos microeletrônicos
3. eletrodomésticos

4. máquinas de costura
5. máquinas de escrever
6. aparelhos elétricos para telefonia e telegrafia

VI - MATERIAL DE TRANSPORTE

1. automóveis
2. aviões
3. embarcações comuns de médio e grande calado
4. ônibus
5. autopeças
6. tratores
7. veículos de carga

VII - QUÍMICA E CONEXAS

1. ceras artificiais
2. fertilizantes
3. produtos químicos orgânicos
4. produtos químicos inorgânicos

VIII - TÊXTIL E SUAS MANUFATURAS

1. fios de algodão natural(cru)
2. roupa de cama mesa e banho
3. tecidos de algodão
4. roupas de malharia
5. fios e fibras sintéticas e artificiais
6. tecidos e fibras sintéticas e artificiais

IX - OUTROS

1. álcool etílico
2. borracha manufaturada
3. produtos cerâmicos
4. vidros
5. instrumentos médico-cirúrgico
6. armas e munições
7. papel e celulose
8. gorduras e óleos
9. materiais plásticos
10. couros peles e seus produtos

CAPÍTULO 2

**OS INCENTIVOS NOMINAIS ÀS EXPORTAÇÕES
E O SEU PAPEL PARA O CRESCIMENTO DAS
EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS.**

No capítulo anterior foi feita uma análise do desenvolvimento das exportações brasileiras de produtos manufaturados entre 1960 e 1985. Viu-se também as principais mudanças ocorridas na estrutura da pauta de produtos exportados, onde os setores de material de transporte e metalúrgico-siderúrgico tiveram as maiores taxas de crescimento em termos do total do valor exportado no período analisado, mas é o setor da indústria alimentícia que contribuiu com a maior participação relativa até o ano de 1985. (1)

Entre os fatores que contribuíram para este desenvolvimento podemos citar três principais: a) períodos favoráveis de crescimento no comércio mundial, com taxas de crescimento positivas nos países desenvolvidos; b) a política de mini-desvalorizações cambiais(2); e, por último, a política de incentivos nominais às exportações. A importância deste último fator para o crescimento das exportações será o objeto de análise deste capítulo.

Por incentivos nominais às exportações entende-se todo o sistema econômico-jurídico formulado pelo governo federal no sentido de lhes estimular, dando benefícios e subsídios fiscais e creditícios para as empresas exportarem ao invés de venderem seus produtos no mercado interno.

A política de incentivos às exportações, que começa a ser implementada a partir de 1964, atuava, até 1979, através da concessão de incentivos de variadas naturezas, de amplitude

bem geral. Para se ter uma idéia deste processo, entre 1964/68 várias medidas adotadas revestiram-se de características "desburocratizantes" do sistema exportador, ou seja, procurava-se retirar os entraves burocráticos que, afetando as características administrativas das empresas, dificultavam a transferência de produtos brasileiros para o mercado internacional. É claro que o desenvolvimento das exportações de manufaturados de um país não depende apenas de desburocratizar o sistema legal de exportações. Para que um produto torne-se competitivo no mercado internacional é necessário que ele tenha qualidade e preço compatíveis com os seus similares. Assim, uma política de incentivo às exportações serve como um estímulo para as empresas exportadoras se modernizarem e gerar empregos de mão-de-obra especializada.

Entre 1967/68 foram introduzidos os incentivos fiscais do tipo isenção de IPI e ICM nas exportações de produtos manufaturados. Também neste período se dá a efetiva implementação do regime de "DRAWBACK"(3), que embora datasse de 1957, não tinha seu funcionamento regulamentado até então.

Após 1969 fica caracterizado a concessão de verdadeiros subsídios às empresas exportadoras. Como medidas precursoras destes subsídios cabe a isenção de imposto de renda na proporção da parcela do produto exportado(1965) e a criação de uma linha de financiamento ao capital de giro das

empresas exportadoras a taxas de Juros inferiores as vigentes no mercado(Resolução nr. 71 de 1967 do BACEN).

Com o Decreto-lei nr. 491, de 1969, institucionalizou-se a nova política de subsídios as exportações através do mecanismo de crédito fiscal do IPI. O novo incentivo permitia às empresas industriais, que já estavam isentas de pagar IPI nas vendas ao exterior, a creditarem em suas escritas fiscais as somas correspondentes à aplicação das alíquotas do IPI aos valores dos produtos exportados. Desse modo, bastaria a qualquer empresa exportar parcela significativa da produção que não lhe restaria nenhum saldo devedor de imposto. Este incentivo permaneceu vigente até dezembro de 1979, quando foi instinto pela nova política econômica do então ministro Antonio Delfim Neto. Mediante convênio com os estados, o governo federal, em janeiro de 1970, estende o benefício do crédito fiscal também para o ICM, obedecendo a mesma alíquota do IPI(máximo de 15%).

Pelo lado creditício, ampliavam-se a cada ano as disponibilidades de recursos sob a direção da Resolução nr. 71, nos mesmos moldes iniciais, isto é, a taxas de juros altamente negativas em termos reais.

O crescimento dos instrumentos e medidas econômicas em favor dos incentivos continuou sendo feito sempre em favor dos produtos manufaturados. Essa atitude se reforça em fins de 1971 e, principalmente, ao longo de 1972/73, quando surgiram novos e importantes mecanismos de incentivo. Esses viriam sob a forma de isenções fiscais e amplas facilidades à

implementação de projetos de ampliação da capacidade produtiva ou montagem de novas indústrias. Os documentos básicos sobre o assunto são os Decretos-Lei nr. 1219 (BEFIEX) E 1236(Transferência de indústrias). O governo assume, a partir de então, a atitude de atuar diretamente no aumento da capacidade produtiva das empresas que visam a exportação.

Uma outra medida de grande importância dentro da perspectiva de incentivos às exportações foi a regulamentação de alguns "programas especiais setoriais de exportação", como os ligados à indústria automotora, de construção naval e de elaboração e extração de minérios.

Estes incentivos fiscais e creditícios permaneceram vigentes, em linhas gerais, até dezembro de 1979, quando o então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, lança um "pacote" econômico reformulando algumas linhas de incentivos e criando outras.

A descrição e o funcionamento do sistema de incentivos vigente até o final de 1979 pode ser apresentado da seguinte forma, em termos resumidos(4):

- incentivos diretos
- incentivos indiretos
- incentivos de caráter geral

OS INCENTIVOS ÀS EXPORTAÇÕES: DIRETOS E INDIRETOS

De uma forma geral, os incentivos podem ser classificados de diretos e indiretos. Os primeiros são aqueles que visivelmente concorrem para a redução do custo do produto a ser exportado. São os incentivos fiscais e creditícios, basicamente. O segundo caso é aquele em que o benefício se vincula à criação de "economias externas" (melhoria de infraestrutura para exportação, promoção de vendas, simplificação de trâmites burocráticos, pesquisas de mercado, etc.). Os principais incentivos diretos são os seguintes:

INCENTIVOS FISCAIS

a) Imposto de renda

Em 2/10/1965, com a lei 4663, autorizava-se a dedução, do lucro tributável da empresa, a parcela correspondente ao percentual exportado, ou seja, o lucro advindo das exportações não era tributado. Esse benefício tinha duração prevista até 1968. No entanto, tal prazo foi prorrogado por duas vezes. Primeiro em 1971, com o decreto-lei nr. 1158, depois em 1974. Este incentivo vigorou até dezembro de 1979.

b) Imposto sobre produtos industrializados (IPI)

Este incentivo começou a vigorar com sua plenitude em 12/10/67, pelo decreto-lei nr. 61.514. Ele isentava do pagamento do IPI as empresas que exportavam produtos industriais. Este incentivo vigora até hoje para a maioria dos produtos manufaturados exportados.

c) Crédito prêmio do IPI

A aplicação efetiva desse tipo de incentivo foi regulamentada pelo decreto nr. 64.833, de 17/07/69. De acordo com este decreto, foi permitido às empresas exportadoras creditarem-se, em sua escrita fiscal, a importância correspondente à aplicação da alíquota do IPI (até o máximo de 15%) ao preço FOB de exportação. Este mecanismo ficou conhecido como "crédito prêmio", e foi estendido também ao ICM, em 1974. Assim, a empresa exportadora, que não pagava IPI dos produtos exportados, ainda tinha um incentivo de isenção fiscal "extra" de até 15% dos lucros auferidos com a venda no mercado interno. Este incentivo permaneceu até dezembro de 1979.

d) Isenção de ICM

A constituição de 1967 estabeleceu que os produtos manufaturados exportados ficariam isentos da cobrança de ICM. Ele permanece até hoje.

e) Crédito-prêmio do ICM

Este incentivo é em tudo semelhante ao do IPI, inclusive na alíquota. Na verdade, este subsídio tratava-se de uma duplicação do subsídio do IPI. Juntamente com o crédito-prêmio do IPI, este incentivo foi extinto em dezembro de 1979.

f) Imposto de importação(drawback)

O drawback foi instituído no Brasil pela lei nr. 3244 de 14/08/1957. Ele concede suspensão ou isenção do imposto de importação devido sobre produto utilizado na composição de outro destinado à exportação. Este incentivo fiscal está em vigor até o momento.

INCENTIVOS CREDITÍCIOS

Os incentivos nesse setor abrangem tanto o financiamento à produção exportável como a comercialização externa. O primeiro é conhecido como "pré-financiamento" e o segundo como financiamento à "exportação propriamente dita". A característica principal desses financiamentos é propiciar aos exportadores fácil acesso ao crédito, a taxas de juros bem inferiores às vigentes no mercado, assim como prazos apropriados a cada tipo de operação. (O capítulo 3 mostra

detalhadamente o funcionamento do sistema brasileiro de financiamento às exportações.)

a) Financiamento à produção para exportação (pré-financiamento)

Enquadram-se neste tipo as operações destinadas a fornecer à empresa capital de giro para produção de "exportáveis". Existem, atualmente, várias linhas de crédito desta natureza. Mas a principal linha de crédito, dado o volume de recurso que movimenta, é a resolução nr. 71, de 21/08/67, do BACEN. Existem ainda, sob a égide da resolução 71, faixas especiais de financiamento para determinados setores industriais (têxtil e calçados) com prazos mais longos. As outras fontes de crédito, além do BACEN, são o Banco do Brasil e o BNDES.

b) Financiamento à exportação propriamente dita

A lei nr. 5025 de 10/06/66 criou o Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX). Este sistema, que era operado pela CACEX, tinha por finalidade conceder amparo creditício às vendas no exterior de bens de capital e de consumo durável a prazos de um a cinco anos. No decorrer da década de 1970, as aplicações do FINEX foram estendidas a outros tipos de operação.

INCENTIVOS DE CARÁTER GERAL

A partir de 1971 o governo passou a adotar medidas de política comercial que visavam a ampliação da capacidade produtiva da indústria brasileira. Neste objetivo, enquadram-se os decretos nr. 1219, de 1972; o de nr. 1236, de 1973 e o 1248 de final de 1972. Vejamos o que diziam cada um deles.

a) Decreto -lei nr. 1219, 15/05/72.(BEFIEIX)

Para obtenção dos benefícios estipulados neste decreto, as empresas deveriam apresentar ao Ministério da Indústria e Comércio e a CPA(Comissão de Política Aduaneira) um plano de exportação, acompanhado de relação que discrimine os bens a importar, com a estimativa de suas quantidades e valores. Após o exame e aprovação pelos órgãos acima, as relações das mercadorias que poderão ser importadas serão encaminhadas à Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (BEFIEIX), a qual caberá examinar os programas de exportação e submeter à decisão do Ministério da Fazenda. Este tipo de incentivo é um "drawback" mais estruturado. O BEFIEIX esteve em vigor até março de 1990, quando foi extinto pelo Plano Collor.

b) Decreto-lei nr. 1236, de 1973.

Através deste decreto, foram concedidos incentivos especiais a transferências para o Brasil de indústrias em operação em outros países. Para isso, ficou estabelecida a isenção dos impostos de importação e IPI sobre a importação de conjuntos industriais completos (novos ou velhos), com ou sem similares nacionais. A única obrigação da empresa que está se instalando é destinar sua produção "essencialmente" para a exportação.

Este incentivo trouxe várias empresas para o Brasil na década de 1970, até ser extinto, em dezembro de 1979, por pressão de grupos privados nacionais de bens de capital.

c) Decreto-lei nr. 1248 (Incentivos às empresas de Comercialização)

Até 1975 a quase totalidade das exportações industriais do Brasil efetivou-se diretamente pelas firmas produtoras - geralmente firmas de grande porte. Vizando, talvez, beneficiar principalmente o pequeno e médio produtor, as autoridades governamentais resolveram criar incentivos especiais para a formação de grandes empresas que se dedicassem exclusivamente às exportações. Assim em novembro de 1972 surge o dec.-lei nr. 1248, estipulando normas para incentivos especiais à formação de empresas comerciais exportadoras, as "trading-companies".

O incentivo que estas empresas tinham era o mesmo do crédito-prêmio. Em 1979 este incentivo é extinto.

MUDANÇAS ECONÔMICAS PÓS 1979 E O SETOR EXPORTADOR

No segundo semestre de 1979 há uma alteração radical no comportamento e implementação da política econômica brasileira. Antonio Delfim Neto assume a pasta do Planejamento com o objetivo de liberalizar o comércio exterior brasileiro, incentivando o desenvolvimento e a modernização do parque industrial nacional. As medidas econômicas na área de exportação adotadas em dezembro de 1979 representavam uma saída radical, se comparada com a política vigente nos últimos 11 anos. Ocorreu uma máxi-desvalorização do cruzeiro de 30%, que teve forte impacto negativo sobre as indústrias (públicas e privadas) que tinham aumentado sua dívida com o exterior nos últimos anos. Em contrapartida, as empresas exportadoras ficaram na mesma, pois foi dada uma máxi, mas eliminados vários incentivos fiscais importantes, estando o crédito-prêmio do IPI entre eles. No início de 1980 houve uma pré-fixação da correção cambial em 40%, mas a inflação efetiva deste ano chega a quase 100%.

Com a política cambial de 1980, os produtos brasileiros começam a perder competitividade no mercado internacional. (6)

Esta política cambial foi acompanhada da eliminação de incentivos fiscais e alterações na metodologia para calcular o valor de financiamento pré-embarque subsidiado para

produtos manufaturados. O valor total deste tipo de financiamento caiu de US\$ 1,9 bi em 1979 para US\$ 1,8 bi em 1980.

Os efeitos da perda de competitividade das exportações industriais brasileiras começaram a serem sentidos no primeiro trimestre de 1981, quando o total de exportações de produtos industrializados chega a US\$ 2,8 bi, com aumento de apenas 17,4% em termos de US\$ correntes sobre o mesmo período de 1980, onde, em anos anteriores, as taxas de crescimento das exportações de produtos industriais estavam na faixa de 25%.⁽⁶⁾ Para inverter esta tendência, em abril de 1981 o governo reintroduziu uma versão modificada do subsídio fiscal que fora eliminado em dezembro de 1979, o crédito prêmio do IPI. Nesta nova versão, o subsídio impunha uma taxa geral de 15% sobre todos os produtos exportados, a ser reduzida para 9% em março de 1983, quando seria por fim eliminado no final de 1984, conforme acordos feitos com o GATT naquele ano.

Pelo lado do financiamento subsidiado às indústrias exportadoras, ocorreu uma mudança substancial de seu fornecimento a partir de 1981. Durante 1980 a pré-fixação da correção monetária implicava em taxas de juros reais altamente negativa para a maioria de tipos de crédito e linhas de financiamento especiais para exportações de manufaturados. Contudo, a partir de 1981, a situação foi novamente invertida. Começou a ser aplicada a correção monetária igual à taxa de crescimento do INPC, empurrando as

taxas de juros gerais para a indústria para valores positivos em termos reais, ou seja, os financiamentos a partir de então perdem o seu caráter de "subsídio".(7)

Neste mesmo período foram afetadas algumas modificações na legislação sobre o financiamento das exportações (Res. nr. 674 do BACEN de 1981), elevando o valor de crédito para o qual algumas empresas tinham acesso e fixando a taxa de juros (sem correção monetária) em 40% ao ano. Este ajuste fazia parte da política recessiva de contenção do crédito e corte da demanda agregada imposta por Delfim entre 1981-83. Mas é só a partir de 1984 que os "subsídios" implícitos nos créditos oficiais começam a cair efetivamente.(8)

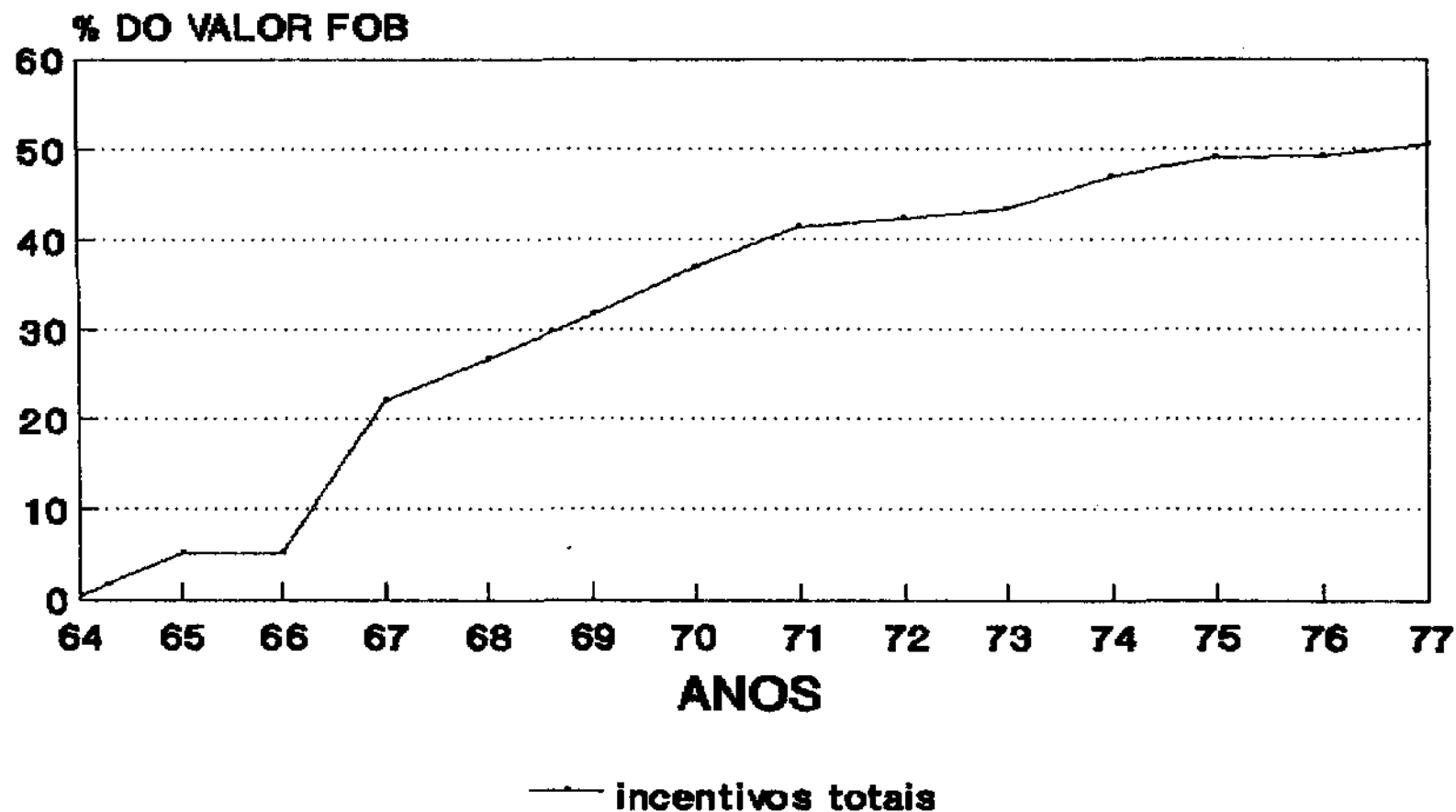
IMPACTO DOS INCENTIVOS FISCAIS SOBRE AS EXPORTAÇÕES

Eliana Cardoso(9), em seu ensaio sobre os incentivos às exportações de manufaturados, mostra que os incentivos e subsídios exercem um papel importante sobre as exportações brasileiras entre 1967 e 1977. Agora, até que ponto a "performance" das exportações pode ser atribuída interamente à política de promoção às exportações é um problema empírico. Segundo E. Cardoso pode-se fazer este teste dependendo da existência ou não de séries de índices de incentivos concedidos às exportações.

O gráfico 2.1 mostra um índice total de incentivos como percentagem do preço em cruzeiros das exportações em seus

GRAFICO 2.1

INCENTIVOS AS EXPORTACOES



FONTE: Tabela 2.1

TABELA 2.1

ANOS	Isencao do ICM como % do valor das export. de manufatur.	Isencao do IPI como % do valor das export. de manufatur.	Taxas de isencoes fiscais	Credito-premio do IPI como % do valor das export. de manufaturados	Credito-premio do ICM como % do valor das export. de manufaturados	Reducao do imposto de renda como % do valor das export. de manufaturados	taxa de subsídios fiscais	Indice total de promocao de exportacoes de manufaturados (A+B)
	(A)	(B)	(A+B)	(C)	(D)	(E)	(C)+(D)+(E)	(C)+(D)+(E)
1964	0,0	0,4	0,4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,4
1965	0,0	5	5	0,00	0,00	0,00	0,00	5,0
1966	0,0	5	5	0,00	0,00	0,00	0,00	5,0
1967	16,7	5,2	21,9	0,00	0,00	0,00	0,00	21,9
1968	20,5	6	26,5	0,00	0,00	0,00	0,00	26,5
1969	20,5	6,8	27,3	4,33	0,00	0,00	4,33	31,6
1970	20,5	7	27,5	5,95	5,45	0,00	11,40	38,9
1971	19,8	7,5	27,3	6,37	6,37	1,30	14,04	41,3
1972	19,1	8,1	27,2	6,88	6,88	1,30	15,06	42,3
1973	18,3	9,8	28,1	7,00	7,00	1,30	15,30	43,4
1974	17,6	10	27,6	8,80	8,80	1,80	19,40	47,0
1975	17,0	10	27	10,20	10,20	1,70	22,10	49,1
1976	16,3	10,9	27,2	10,40	10,40	1,30	22,10	49,3
1977	16,3	12	28,3	10,40	10,40	1,50	22,30	50,6

FONTE: CARDOSO, E. "Incentivos as exportacoes de manufaturados: serie historica"
in REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA, vol 34 (2) FGV - RJ - 1980 pag.243

respectivos anos, além de um índice de subsídios fiscais. A construção deste gráfico foi baseado na tabela 2.1.

Os incentivos analisados para a construção desta tabela são as isenções de IPI e ICM, pois se tratarem dos mais significativos em termos de valor concedido.

Quanto aos subsídios fiscais, a análise foi baseada em cima do crédito-prêmio do IPI e do ICM e da redução do Imposto de Renda como lucro auferido em exportações. Dentre estes, o crédito-prêmio de IPI constitui a modalidade mais significativa de subsídio, se considerado o valor concedido às empresas produtoras exportadoras.

TYLER(10) faz uma quantificação dos vários incentivos fiscais e analisa seus impactos sobre a pauta de exportações nos anos de 1979 e 1980. Os incentivos analisados por TYLER são os mostrados na Tabela 2.2, a seguir. Através dela, vemos que ao nível agregado, o valor total dos incentivos fiscais às exportações caiu de US\$ 2 bi em 1979 para US\$ 1,5 bi em 1980, isto devido à eliminação de vários créditos fiscais às exportações em dezembro de 1979. Mesmo assim, as exportações de manufaturados aumentaram de US\$ 8,7 bi para US\$ 11,4 bi de 1979 para 1980. Uma possível explicação deste fato pode ser vista como o crescimento dos subsídios creditícios a partir de então.(11)

TABELA 2.2

**INCENTIVOS FISCAIS AS EXPORTACOES
US\$ MILHOES**

	1979	1980
Credito-premio	1111	240
Desconto de Imposto de Renda	203,2	312,8
Befiex	273	382,6
Drawback	350	460,2
Diversos	42,8	54,9
Total de incentivos fiscais	1980	1450,5
Exportacoes de manufaturados	8654	11383,6
Taxa media de incentivo	23	12,7

FONTE: TYLER, W., "Politica Industrial e Exportacao de Manufaturados no Brasil" - FGV - RJ - 1983 pag. 40

IMPACTO DOS INCENTIVOS CREDITÍCIOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES

Em seu estudo TYLER(12) também analisa o impacto dos incentivos e subsídios creditícios sobre as exportações de manufaturados no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Pelas tabelas 2.3 e 2.4 podemos observar que o valor dos certificados de financiamento, em termos nominais, é crescente ao longo do tempo. Os dois principais programas em vigor no período em questão quantificados por TYLER foram o FINEX e a Resolução 674, assim denominada em alusão à regulamentação do BACEN que fixava seus termos e condições. O volume de financiamento de exportações sob a Resolução nr. 674, como proporção das exportações de manufaturados, permaneceu estável entre 1975 e 1978, em torno de 20%. Cai para cerca de 10% em 1979 e 1980, para voltar a subir em 1981 para 24%, como mostra a Tabela 2.5.

Este aumento do financiamento às exportações por determinação das autoridades monetárias reflete o empenho destes na direção de compensar os exportadores pela apreciação(desvalorização cambial abaixo da inflação real) do cruzeiro ocorrida em 1980 e início de 1981. Mas estes incentivos e subsídios permaneceram por mais alguns anos.

Isto pode ser comprovado pelo trabalho de BAUMANN e MOREIRA(13), que analisam os incentivos financeiros na década de 1970 e meados da década de 1980, onde nos anos de 1982 a 1984 os incentivos e subsídios creditícios permanecem elevados.

TABELA 2.3

FINANCIAMENTO DE EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS
Cr\$ MILHÕES

	1975	1976	1977	1978	1979	1980
CREDITO CACEX						
Finex	3840	7840	12730	20370	40425	96290
Proex	-	835	1280	1890	2435	5020
Vendas de exportações de manuf.	210	2445	6500	6610	11155	8995
Outras operações CACEX	1360	1920	3045	3825	6595	12745
TOTAL CACEX	5410	13040	23555	32695	60610	123050
CREDITO DO BANCO CENTRAL						
Produção			17305	26270	38400	63945
Comercialização					1885	2785
Bancos de investimentos			1275	1635	3610	7815
TOTAL BANCO CENTRAL	5940	10995	18580	27905	43895	74545
TOTAL DE CREDITO A EXPORTAÇÃO	11350	24035	42135	60600	104505	197595

FONTES: Banco Central do Brasil - "Relatório Anual", 1980

TABELA 2.4

FINANCIAMENTO PRE-EMBARQUE SOB A RESOLUÇÃO NR. 674
Cr\$ MILHÕES

	1977	1978	1979	1980	1981
Certificados emitidos	1425	1635	1885	1795	3048
Certificados cancelados	20	1410	1635	1825	1826
Balancos de fim de ano	1405	1630	1880	1855	1934
TOTAL em Cr\$	1850	2795	4200	7425	24600

FONTES: TYLER, W., op. cit. pag. 42

TABELA 2.5

**FINANCIAMENTO DE EXPORTACOES DE MANUFATURADOS
1975 - 1980**

	1975	1976	1977	1978	1979	1980
1. Exportacoes de manufaturados(674) (a),(b)	3650	4230	5765	6565	9575	10950
2. Bens Duraveis de Capital e de Consumo (b)	880	935	1360	1700	2440	3385
3.= 1 em cruzeiros (c)	33125	52030	92815	13720	406935	777725
4.= 2 em cruzeiros (c)	8010	11500	21985	35530	103700	221775
5.a) 674	5940	10995	18580	27905	42010	74245
b)Finex	3840	7820	12730	20370	37925	89450
Relacao 5a/3 (%)	18	21	20	20	10	9,5
Relacao 5b/4 (%)	48	68	58	57	37	40

FONTE: TYLER, W., ob. cit. pag. 141

(a) incluidos todos os produtos elegiveis para o financiamento 674

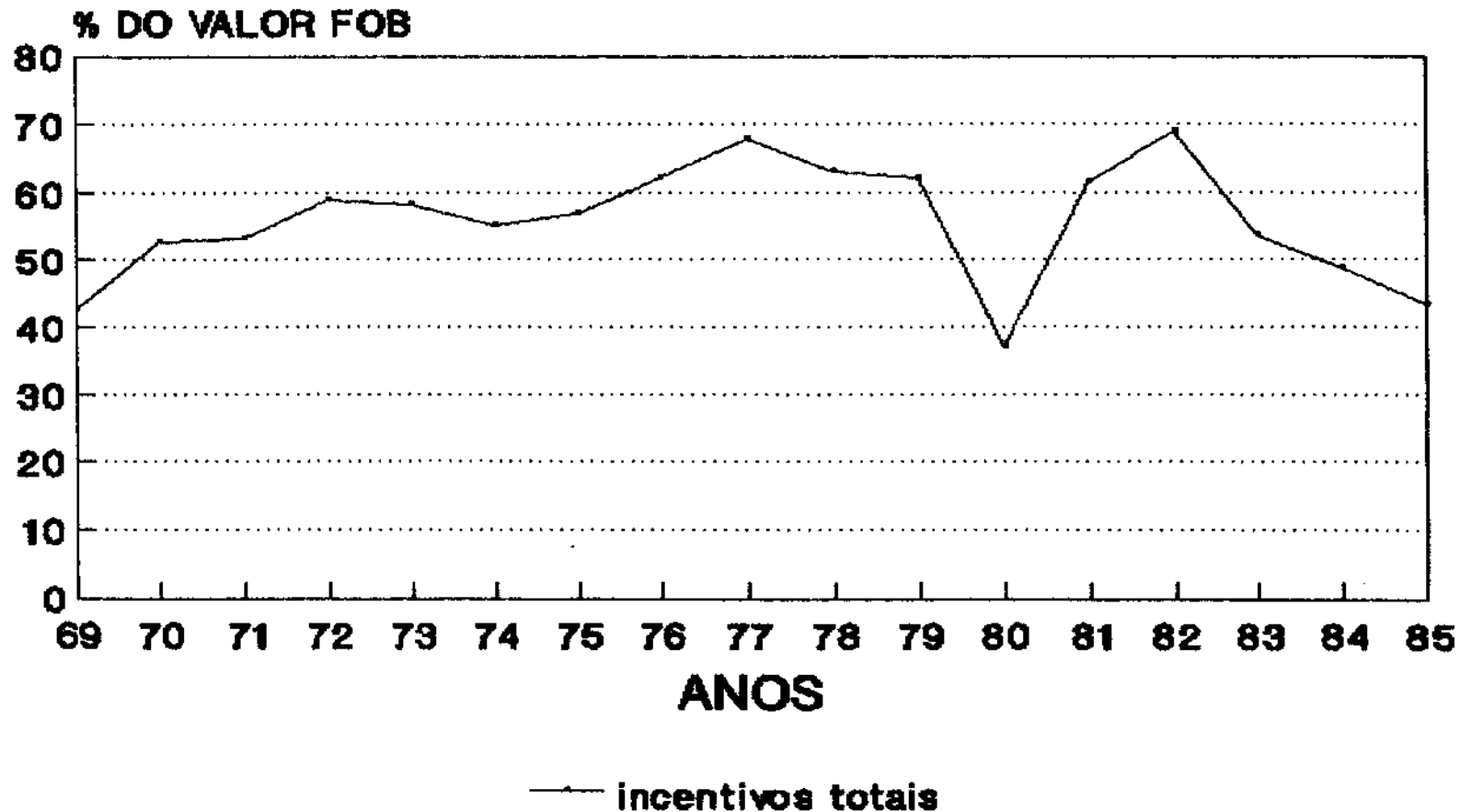
(b) em US\$ milhoes

(c) convertido a taxa de cambio media do ano

Como mostra o gráfico 2.2, o total de incentivos às exportações foi elevado em termos de % do valor FOB durante toda a década de 1970, só caindo com a reforma do setor feita por Delfim Neto em 1979. A partir de então, "o sistema de financiamento à exportação passa a ser um importante instrumento de política de promoção às exportações".(14)

GRAFICO 2.2

INCENTIVOS AS EXPORTACOES



FONTE: Tabela 2.6

TABELA 2.6

INCENTIVOS AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS MANUFATURADOS
EM % DO VALOR FOB

ANOS	DRAW- BACK	CREDITO-PREMIO		REDUCAO I. RENDA	FINANCIA. DE PRE- EMBARQUE	ISENCAO DE ICM	ISENCAO DE IPI	FINANCIA. DE PRE- EMBARQUE	TOTAL DOS INCENTIVOS
		IPI	ICM						
1969	4,00	6,69	-	-	4,07	20,5	7,41	-	42,67
1970	4,00	6,87	6,63	-	6,64	20,5	7,18	0,87	52,69
1971	4,00	6,91	6,24	1,3	6,78	19,8	7,09	1,02	53,14
1972	4,90	7,98	8,28	1,3	6,51	19,1	9,04	1,71	58,82
1973	7,20	8,02	8,14	1,3	4,85	18,3	8,86	1,60	58,27
1974	12,60	7,90	4,05	1,8	4,88	17,7	4,97	1,26	55,16
1975	8,30	7,77	4,29	1,7	10,05	17,0	5,43	1,46	56,00
1976	11,80	7,61	4,11	1,3	14,56	16,3	5,17	1,32	62,17
1977	12,60	8,08	4,33	1,5	16,33	16,3	5,43	3,30	67,87
1978	9,10	8,60	4,19	1,8	13,15	16,3	6,13	3,85	63,12
1979	10,50	12,78		2,1	11,66	16,3	6,52	2,22	62,08
1980	9,00	0,00		1,9	5,51	17,7	6,34	3,47	43,92
1981	9,40	6,51		1,8	13,88	18,3	6,83	4,85	61,57
1982	10,30	9,11		1,6	17,39	19,1	7,16	4,30	68,96
1983	8,60	7,79		1,6	8,51	19,1	7,17	0,80	53,57
1984	9,10	7,84		1,6	1,65	20,5	6,99	1,02	48,70
1985	9,10	1,36		1,6	1,97	20,5	7,19	1,66	43,38

FONTE: BAUMANN, R.; MOREIRA, H. ob. cit. pag. 484

CEMOC/1
 Centro de Estudos
 de Economia
 da Universidade
 de São Paulo

NOTAS - CAPÍTULO 2

(1) Ver tabela 1.5 do cap. 1

(2) Para uma análise mais detalhada deste assunto ver CARVALHO e HADDAD, "Estratégias comerciais e absorção de mão de obra" FGV-RJ 1980. Especialmente cap. 4.

(3) Este tipo de incentivo será explicado mais adiante neste capítulo.

(4) O funcionamento do sistema de promoção às exportações é detalhadamente descrito nos seguintes trabalhos:

DOELLINGER, C. von et alii, "Exportações dinâmicas brasileiras" in Coleção Relatório de Pesquisa - IPEA-RJ 1971

PINTO, M.B.; "Os efeitos dos incentivos sobre as exportações brasileiras de manufaturados" in Revista Estudos Econômicos - vol. 11 nr. 3 - USP-SP 1981.

-----; "Exportação de manufaturados: desempenho na década de 1970" - IPE - USP-SP 1983.

(5) PINTO, M.B.; "Os efeitos dos incentivos ... "

- (6) Ver tabela 1.4 do cap. 1
- (7) TYLER, W et alii ; "Política industrial e exportação de manufaturados do Brasil" - FGV-RJ 1983. PÁG. 36
- (8) BAUMANN,R et MOREIRA,H.; "Incentivos às exportações de manufaturados: - 1969/85" in Pesquisa e Planejamento Econômico - nr.17 (2)-IPEA-RJ-1987
- (9) CARDOSO,E.; "Incentivos às exportações de manufaturados: série histórica" in Revista Brasileira de Economia - vol134(2) FGV-RJ 1980
- (10) TYLER, W.; ob. cit.
- (11) Ver MUSALEM,A.R.; "Política de incentivos e exportação de manufaturados no Brasil" in Revista Brasileira de Economia vol135(1) FGV-RJ 1981
- (12) TYLER,W.; ob. cit. pág. 40
- (13) BAUMANN,R. et MOREIRA,H.; ob. cit. pág. 483
- (14) MUSALEM,A.R.; ob. cit. pág. 43

CAPÍTULO 3

**O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA BRASILEIRO
DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES NAS
DÉCADAS DE 1970 E 1980.**

Este capítulo tem por objetivo mostrar como foi montado o aparato creditício para incentivar as exportações de manufaturados. Além disso, esta parte do capítulo também oferece uma visão global das diferentes modalidades de apoio financeiro às exportações brasileiras de produtos manufaturados e de serviços. Logo, não são analisados aqui os mecanismos financeiros que não estejam ligados especificamente ao setor exportador.

O centro da discussão está apoiado sobre as características mais relevantes do sistema que funcionou nas décadas de 1970 e 1980. Com o posse do governo Collor, em março deste ano, várias linhas de crédito foram extintas. A tabela 3.1 faz uma descrição das principais linhas de crédito que vigoraram até o final da década de 1980.(1)

Quanto ao aparato institucional responsável pelo sistema, a CACEX, carteira de comércio exterior do Banco do Brasil, sempre esteve no centro deste. É ela que administrava a distribuição dos recursos públicos liberados pelo BACEN para esta finalidade. Atualmente, esta tarefa está à cargo do CONCEX (Conselho de Comércio Exterior), órgão reativado em 1987, com o governo José Sarney, mas que na época não possuía poderes decisórios.(2) Só a reforma ministerial e administrativa de 1990 veio a dar maior autoridade para este conselho. Quanto ao aspecto normativo, este continua até hoje com o Banco Central. O Banco do Brasil atuou de forma particular neste processo. Além da CACEX, possuía ainda uma

TABELA 3.1 SISTEMA DE FINANCIAMENTO A EXPORTACAO

CATEGORIAS	LINHAS DE FINANCIAMENTO
PRE-FINCIAMENTO	Adiantamentos sobre contratos de cambio(ACC) Adiantamentos sobre cambiais entregues(ACE) Financiamento a producao - Resolucao nr. 882 Financiamento a producao - Resolucao nr. 68 Financiamento a producao - CIC - CREGE 14-11 Financiamento a comercializacao - Resolucao nr. 330 Financiamento a comercializacao - Resolucao nr. 883
APOIO E COMPLEMENTACAO	Financiamento para compra de equipamentos destinados a execucao de obras no exterior Financiamento a exportacao em consignacao Financiamento a investimentos no exterior
EXPORTACAO, PROPRIAMENTE DITA	Financiamento a exportacao de produtos manufaturados Financiamento a exportacao - equalizacao de taxas Financiamento a exportacao de servicos de engenharia

 FONTE: NEVES, R.B. & BRAGA, H. "O sistema brasileiro de financiamento as exportacoes"
 IPEA-RJ 1984 - pag. 34

linha de financiamento própria, a linha regulada pela CIC-CREGE 14-11, muito utilizada pelas empresas exportadoras.

A rede de Bancos comerciais e de investimento é essencial na canalização dos recursos para as empresas vinculadas a exportação. Uma vez que os financiamentos às exportações são concedidos em bases preferenciais - no sentido de que os custos destes financiamentos eram menores que os financiamentos para a venda de produtos no mercado interno - os bancos eram ressarcidos pela CADEX.

Os bancos comerciais são bastante ativos em um tipo de financiamento de curto prazo, que não depende de apoio público e que beneficia também os produtos primários: os Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC) e os Adiantamentos sobre Cambiais Entregues (ACE). Esses recursos representam para as empresas exportadoras um reforço de capital de giro na fase de produção (ACC), ou durante o espaço de tempo que separa o embarque das mercadorias e a liquidação do contrato de câmbio (ACE). Em ambos os casos, os bancos costumam cobrar uma comissão, além de se beneficiarem das desvalorizações cambiais do período.

Quanto à lista de produtos beneficiados pelo sistema, a mais abrangente delas é a relação anexa à portaria número 130, do ministério da fazenda, que discrimina os produtos manufaturados e seminanzufaturados apoiados pelas linhas de crédito mais importantes, como a Resolução nr. 74 do BACEN e as Resoluções nr. 882 e 883.(3)

Os recursos utilizados pelo sistema de financiamento às exportações(exclusive de produtos primários), tinham as seguintes fontes:

- a) recursos do Banco do Brasil(DIC-CREGE 14-11)
- b) linhas de crédito do exterior(ACC/ACE e Res. BACEN 509)
- c) Fundo de Financiamento às exportações (FINEX), que apóia o mecanismo de equalização de taxas.

A tabela 3.2, a seguir, mostra a importância relativa das várias linhas de financiamento para o ano de 1983. O peso relativo do financiamento às exportações dentro do amplo aspecto de incentivos às exportações foi reduzido nos primeiros anos de sua criação, em função da pouca expressividade das exportações industriais no período(fim da década de 1960 e início dos anos 1970). A partir de meados dos anos 1970, contudo, o financiamento à produção para exportação assumia proporções consideráveis, passando a constituir-se, a partir da década de 1980, na principal modalidade entre as diversas operações de redesconto, conforme mostra a tabela 3.3.(4)

Cabe analisar também a composição das diferentes categorias de linhas de crédito oferecidas ao setor exportador, e a importância relativa de cada uma destas modalidades. As resoluções nr. 882 e 883 foram privatizadas no final de 1984, o que gera uma tendência de alteração substancial da estrutura do sistema a partir de então. A tabela 3.4 mostra que a maior parte dos recursos é absorvida pelos pré-financiamentos à exportação, ou seja, os ACC e ACE e as

**TABELA 3.2 - FINANCIAMENTO DAS EXPORTACOES
SALDO DAS APLICACOES EM DEZ./1983**

DISCRIMINACAO	Cr\$ bilhoes	%
ACC e ACE	1242,0	37,1
Redesconto no BACEN	940,5	28,1
Resolucao nr. 882	715,8	21,4
Resolucao nr. 883 e 330	224,7	6,7
FINEX	835,5	24,9
CIC-CREGE 14-11	331,3	9,9
TOTAL	3349,3	100,0

FONTE: NEVES, R.B. & BRAGA, H. "O sistema brasileiro de ..."
IPEA-RJ 1984 - pag. 40

**TABELA 3.3 - EVOLUCAO DA PARTICIPACAO DO FINANCIAMENTO
A PRODUCAO PARA EXPORTACAO NO TOTAL DE
REDESCONTO E REFINANCIAMENTOS DO BACEN**

ANO	%
1969/73	29,8
1974/78	67,3
1979/80	86,6
1981	91,8
1982	85,7
1983	78,4

FONTE: BOLETIM DO BANCO CENTRAL - VARIOS NUMEROS

resoluções nr. 882 e 883 do BACEN. Estas incluem os financiamentos à produção para exportação. Em segundo lugar em termos de importância estão os financiamentos à exportação propriamente dita, que representam, em média, 24% do total dos créditos ao setor entre 1981/1983. Já os créditos com apoio e complementação ficam com uma participação meramente residual.

Em estudo recente sobre a promoção das exportações industriais brasileiras, Renato BAUMANN (5) mostra que os incentivos financeiros às exportações (pré e pós embarque) caem substancialmente como % do valor FOB exportado a partir de 1984. Isto se deu, principalmente, devido a privatização de várias linhas de crédito que passaram a não ter mais juros abaixo de mercado, ou seja, juros subsidiados. A tabela 3.5 mostra a evolução dos incentivos fiscais e creditícios como % do valor entre 1969 e 1988.

**TABELA 3.4 - COMPOSICAO PORCENTUAL DAS LINHAS DE CREDITO
A EXPORTACAO - 1979/83**

DISCRIMINACAO	1979	1980	1981	1982	1983
1. PRE-FINANCIAMENTO	74,4	71,7	77,9	78,6	78,1
1.1 ACC & ACE	31,2	36,2	33,5	31,2	41,2
1.2 Resolucao nr. 882	30,6	23,9	34,1	34,2	23,8
1.3 Resolucao nr. 883 e 330	2,9	2,8	3,0	5,7	7,5
1.4 Resolucao nr. 68 (CONCEX)	4,5	4,2	3,1	3,6	2,3
1.5 CIC - CREGE 14-11	5,2	4,6	4,2	3,9	3,3
2. APDIO E COMPLEMENTACAO	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
2.1 Exportacao em consignacao	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Financiamento a promocao comercial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.3 Financiamento a invest. vinculados a exportacao	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
3. FINANCIAMENTO A EXPORTACAO PROPRIAMENTE DITA	25,4	28,1	21,9	21,2	21,6
3.1 De produtos manufaturados	25,4	27,9	20,9	18,8	20,0
3.2 Equalizacao de taxas	0,0	0,2	1,0	2,4	1,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: NEVES, R.B. & BRAGA, H. "O sistema brasileiro de ..."
IPEA-RJ 1984 - pag. 86

TABELA 3.5 - BRASIL: INCENTIVOS AS EXPORTACOES DE MANUFATURADOS
(EM % DO VALOR(FOB) DAS EXPORTACOES DE MANUFATURADOS)

ANO	DRAWBACK	CREDITO-PREMIO		REDUCAO DE IR	INCENTIVOS FINANCEIROS		ISENCAO DE ICM	ISENCAO DE IPI	TOTAL INCENTIVO
		IPI	ICM		PRE- EMBARQUE	POS- EMBARQUE			
1969	4	6,69	-	-	4,07	-	20,5	7,41	42,67
1970	4	6,87	6,63	-	6,64	0,87	20,5	7,18	52,69
1971	4	6,91	6,24	1,3	6,78	1,02	19,8	7,09	53,14
1972	4,9	7,98	8,28	1,3	6,51	1,71	19,1	9,04	58,02
1973	7,2	8,02	8,14	1,3	4,85	1,6	18,3	8,86	58,27
1974	12,6	7,9	4,05	1,8	4,88	1,26	17,7	4,97	55,16
1975	8,3	7,77	4,29	1,7	10,05	1,46	17	5,43	56
1976	11,8	7,61	4,11	1,3	14,56	1,32	16,3	5,17	65,79
1977	12,6	8,08	4,33	1,5	16,33	3,3	16,3	5,43	72,47
1978	9,1	8,6	4,19	1,8	13,15	3,85	16,3	6,13	68,14
1979	10,5		12,78	2,1	11,66	2,22	16,3	6,52	67,52
1980	9		0	1,9	5,51	(3,47)	17,7	6,34	45,09
1981	9,4		6,51	1,8	13,88	4,85	18,3	6,83	71,79
1982	10,3		9,11	1,6	17,39	4,3	19,1	7,16	76,65
1983	8,6		7,79	1,6	8,51	0,8	19,1	7,17	58,46
1984	9,1		7,84	1,6	1,65	1,02	20,5	6,99	52,98
1985	9,1		1,36	1,6	1,97	1,66	20,5	7,19	49,23
1986	13,1		-	1,6	1,79	1,85	20,5	7,54	53,83
1987	13,1		-	1,6	1,2	1,91	20,5	7,54	55,1
1988	13,1		-	1,6	1,45	1,24	20,5	7,54	53,59

FONTE: BAUMANN, R. "Projeto de reestruturação da indústria a nível internacional e inserção do Brasil"
Convenio - FINEP/UNICAMP - INSTITUTO DE ECONOMIA - Relatório de pesquisa do subprojeto 2/estudo2 - 1990 pag. 19

NOTAS - CAPÍTULO 3

(1) Para maiores detalhes sobre o sistema ver "Comunicado CACEX nr. 9 - normas administrativas que orientam as exportações" CACEX - 1983 págs. 42 e 43

(2) Folha de São Paulo - 31/03/87

(3) Esta lista pode ser consultada em BAUMANN & BRAGA; "O sistema.." IPEA-RJ 1983 pág. 228

(4) MUSALEM, A. R.; "Política de subsídios e exportações de manufaturados no Brasil" in Revista Brasileira de Economia - vol.35 nr.1 FGV-RJ 1981

(5) PINTO, M.B.; "Exportações de manufaturados:....." IPE-USP 1983

CAPÍTULO 4

OS SETORES INDUSTRIAIS MAIS BENEFICIADOS COM OS CRÉDITOS SUBSIDIADOS ÀS EXPORTAÇÕES.

Este capítulo procura identificar os setores industriais que ficaram com a maior parte dos recursos oferecidos pelo aparato governamental, em termos de montante de recursos adquiridos pelos exportadores (valores em cruzeiros do período analisado). Esses recursos, em sua maioria, dependendo da linha de crédito, eram adquiridos pelas empresas exportadoras através de taxa de juros preferenciais abaixo do mercado, ou seja, a taxas abaixo da inflação oficial do período correspondente ao empréstimo. Assim, fica caracterizado o subsídio implícito nestes créditos aos exportadores.

A mensuração e quantificação dos subsídios implícitos nos créditos oficiais à exportação esbarra em dois problemas. Primeiro, na dificuldade de se encontrar uma metodologia adequada para este fim. Vários autores se prontificaram à calcular estes incentivos implícitos, entre eles cabe destacar MUSALEM(1), CARDOSO(2), DORNBUSCH & CARDOSO(3), TYLER(4) e BRAGA & BAUMANN (5). Todos utilizaram metodologias distintas para a mensuração de resultados. Como veremos a seguir, os trabalhos dos dois últimos autores pareceu-nos mais completo do ponto de vista teórico.

Em segundo lugar, um problema mais grave, é a falta de dados desagregados por setores industriais dos valores dos créditos concedidos aos exportadores. A base de dados que serão analisados aqui foram fornecias pelo BACEN aos

respectivos pesquisadores, ou seja, foram dados não publicados.

Mas estes fatores não impedem uma discussão e análise do assunto. Isto pode ser visto pelos trabalhos de TYLER(6) e BRAGA e BAUMANN(7). O primeiro quantificou e avaliou os incentivos creditícios com juros subsidiados do financiamento pré-embarque sob a resolução nr. 674 do BACEN. Os anos estudados foram os de 1980 e 1981.

A forma de analisar os setores mais beneficiados foi através da comparação entre montante recebido por cada setor dentro do montante total, ou seja, a participação relativa de cada setor, em cruzeiros correntes de 1981. Estes financiamentos eram concedidos com taxas de juros abaixo de mercado, ou melhor, 12% de juros ao ano mais 40% da correção monetária do período. Dentro de sua metodologia, os setores mais beneficiados e os respectivos montantes conseguidos por cada um deles são vistos na tabela (3.6).

Cabe colocar aqui quais os produtos exportados que estão classificados dentro de cada setor. Na elaboração da tabela 1.5 foi seguida a classificação da NBM(Nomenclatura Brasileira de Mercadorias), como mostra o apêndice 1.2.

Retomando aquela classificação, pode-se definir quais os produtos pertencentes a cada setor, mais detalhadamente, como se segue.

CLASSIFICAÇÃO DA NBM PARA EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS

Seção 1 - Produtos do reino animal

a) carnes bovina, equina, de peixe e lagosta (in natura)

Seção 2 - Produtos do reino vegetal

a) soja em grão

b) café em grão

c) flores

Seção 3 - Gorduras e óleos

a) óleo de soja

b) óleo de amendoim

c) óleo de rícino

d) outros óleos

Seção 4 - Produtos das indústrias alimentares

a) carne bovina congelada

b) carne de frango congelada

c) extrato de carne

d) café industrializado

e) açúcar cristal/refinado

f) produtos de cacau processado (farelo, pasta, gorduras, "liquor").

g) suco de laranja concentrado

h) outros sucos vegetais

i) chá

j) pimenta do reino

k) palmito em conserva

Seção 5 - Produtos minerais

 Todos os minerais exportados (in bruto)

Seção 6 - Produtos das indústrias químicas e conexas

 a) ceras artificiais

 b) fertilizantes

 c) tintas e corantes

 d) produtos químicos orgânicos e inorgânicos

Seção 7 - Materias plásticos

 a) etileno

 b) polipropileno

 c) outros

Seção 8 - Peles couros e obras destes materiais

 a) peles e couros (in natura)

 b) artesanato destes materiais

Seção 9 - Madeira e obras de madeira

 a) pinho

 b) cedro

 c) móveis

 d) madeira laminada

Seção 10 - Papel e celulose

Seção 11 - Materiais têxteis

 a) fios de algodão natural (cru)

 b) roupa de cama mesa e banho

 c) tecidos de algodão

 d) roupas de malharia

 e) fios e fibras sintéticas e artificiais

 f) tecidos de fibras sintéticas e artificiais

Seção 12 - Calçados

Seção 13 - Obras de pedra, gesso e cimento

Seção 14 - Pedras preciosas, semipreciosas e semelhantes

Seção 15 - Metais comuns e obras destes metais (indústria metalúrgica e mecânica)

a) "chapas" de alumínio

b) aço plano

c) ferro em lingotes

d) produtos siderúrgicos manufaturados em geral

e) produtos metalúrgicos manufaturados em geral

Seção 16 - Máquinas e aparelhos elétricos

a) máquinas automáticas de tratamento de informações

b) produtos microeletrônicos

c) eletrodomésticos

d) máqs. de costura

e) máqs. de escrever

Seção 17 - Material de Transporte

a) automóveis

e) pneus

b) aviões

f) autopeças

c) ônibus

g) tratores

d) embarcações

h) veículos de carga

Seção 18 - Instrumentos e aparelhos ópticos

Seção 19 - Armas e munições

a) material bélico

b) pistolas automáticas e semi-automáticas

Seção 20 - Outros

- a) álcool etílico
- b) borracha manufaturada
- c) produtos cerâmicos

O setor das indústrias alimentícias aparece como o maior beneficiado do sistema, em termos de montante de financiamentos recebidos, nos anos de 1980 e 1981, com recursos da ordem de Cr\$ 16,61 bilhões e Cr\$ 33,30 bilhões, respectivamente. Isto significa 19,20% do total de financiamento concedido em 1980 e 20,00% do total em 1981, como mostra a tabela 4.1. O setor de metais comuns e suas obras (basicamente indústria mecânica) aparece em segundo lugar nos dois anos, com um volume de recursos na ordem de Cr\$ 13,71 bi e Cr\$ 25,22 bi. Já em terceiro lugar no montante de recursos adquiridos aparece o setor de transportes, com Cr\$ 12,94 bi em 1980 e Cr\$ 24,34 em 1981.

BRAGA e BAUMANN(8) quantificaram e avaliaram os subsídios implícitos nos créditos oficiais concedidos aos exportadores de manufaturados. Foram analisadas duas linhas de crédito, as resoluções nr. 882 e 883 do BACEN, nos anos de 1982 e 1983. Estas duas linhas encontram-se regulamentadas pela resolução nr. 674 do BACEN, ou seja, a mesma resolução que tem por base o trabalho de TYLER(9). Os recursos destas linhas eram provenientes do Orçamento Geral de União(OGU), e eram repassados às empresas exportadoras pelos bancos

1.46 80.00

LA 4.1 - VALOR DOS FINANCIAMENTOS DE EXPORTACOES
SOLUCAO 674 - BACEN - 1980/1981

SETORES NBM	NR. DE CERTIFICADOS		VALOR EM Cr\$ MILHOES DO FINANCIAMENTO(a)		% RELATIVA NO TOTAL DO VALOR DO FINANC.	
	1980	1981	1980	1981	1980	1981
PRODUTOS DO REINO ANIMAL (IN NATURA)	99	192	5845	15479	6,75	10,21
PRODUTOS DO REINO VEGETAL	-	-	-	-	0,00	0,00
GORDURAS E OLEOS	80	46	4670	3699	5,39	2,44
PRODUTOS DAS INDUSTRIAS ALIMENTICIAS	281	375	16615	30300	19,19	19,99
PRODUTOS MINERAIS	-	-	-	-	0,00	0,00
PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS	6	5	335	405	0,39	0,27
MATERIAIS PLASTICOS	-	-	-	-	0,00	0,00
PELE, COURO E PRODUTOS DERIVADOS	10	14	590	1130	0,68	0,75
MADEIRA E SUAS OBRAS	34	71	2010	5720	2,32	3,77
- CELULOSE E PAPEL	36	71	2135	5885	2,47	3,88
- MATERIAIS TEXTEIS	133	177	7655	14270	8,84	9,41
- CALCADOS	105	155	6205	12495	7,17	8,24
- OBRAS DE PEDRA E GESSO	-	-	-	-	0,00	0,00
- PEDRAS PRECIOSAS	9	4	530	320	0,61	0,21
- METAIS COMUNS E SUAS OBRAS (IND. MECANICA)	232	311	13713	25225	15,84	16,64
- MAQUINAS E APARELHOS ELETRICOS	104	138	6145	11120	7,10	7,34
- MATERIAL DE TRANSPORTE	219	302	12940	24340	14,95	16,06
- INSTRUMENTOS E APARELHOS OPTICOS	-	-	-	-	0,00	0,00
- ARMAS E MUNICOES	-	-	-	-	0,00	0,00
- OUTROS	160	15	7185	1210	8,30	0,80
TOTAL	1508	1876	86573	151598	100,00	100,00

Convertido a media ponderada da taxa de cambio vigorando nos meses
de emissao dos certificados (Cr\$ 59,10 em 1980 e Cr\$ 80,60 em 1981)
Fonte: TYLER, W. et alii; "Politica industrial e exportacao de manufaturados no Brasil"
RJ 1983 - pags. 143 e 144.

LA 4.2 - NUMERO DE EMPRESAS E VALOR DOS FINANCIAMENTOS
S RESOLUCOES NRS. 674 e 643, POR SECAO DA NBM - 1982

(VALORES EM Cr\$ DE DEZEMBRO DE 1983)(a)

SECAO DA NBM	NR DE EMPRESAS	VALOR DOS FINANCIAMENTOS (Cr\$ MILHOES)	VALOR AJUSTADO DO FINANCIAMENTO(b) (Cr\$ MILHOES)	PRAZO MEDIO DOS FINANCIAMENTOS EM NR. DE DIAS
PRODUTOS DO REINO ANIMAL	146	172263	154243	329
PRODUTOS DO REINO VEGETAL	111	45154	38125	306
GORDURAS E OLEOS	109	233794	102994	159
PRODUTOS DAS IND. ALIMENTICIAS	213	274479	204722	300
PRODUTOS MINERAIS	24	7931	6624	311
PRODUTOS DAS IND. QUIMICAS	146	70090	54182	281
MATERIAS PLASTICAS ARTIFICIAIS	88	35662	28223	285
PELES COURDS E OBRAS DESTES MATERIAIS	93	29330	26342	325
MADEIRA E OBRAS DE MADEIRA	155	31850	23708	268
- CELULOSE, PAPEL E SUAS APLICACOES	66	77554	67478	314
- MATERIAS TEXTEIS	305	166133	146540	320
- CALCADOS	288	119785	114445	344
- OBRAS DE PEDRA GESSO E CIMENTO	71	19518	17460	322
- PEDRAS PRECIOSAS, SEMIPRECIOSAS E SEMELHANTES	59	10468	9529	328
- METAIS COMUNS O OBRAS DESTES METAIS	283	255794	202529	271
- MAQUINAS E APARELHOS ELETRICOS	464	204989	172023	304
- MATERIAL DE TRANSPORTE	97	105678	91590	314
- INSTRUMENTOS E APARELHOS DE OPTICA	45	7274	6814	342
- ARMAS E MUNICOES	6	17220	16063	336
- MERCADORIAS E PRODUTOS DIVERSOS	59	8341	7159	311

corrigidos pelo IGP-DI

Valor ajustado pelo prazo de financiamento e taxas de juros do periodo

TE: BRAGA & BAUMANN; " Subsidios implicitos nos creditos oficiais a exportacao" - "Revista PPE nr.15(3)

A - RJ 1985 - pags. 579 a 596

LA 4.3 - NUMERO DE EMPRESAS E VALOR DOS FINANCIAMENTOS
S RESOLUCOES NRS. 674 e 643, POR SECAO DA NBM - 1983

(VALORES EM Cr\$ DE DEZEMBRO DE 1983)(a)

SECAO DA NBM	NR DE EMPRESAS	VALOR DOS FINANCIAMENTOS (Cr\$ MILHOES)	VALOR AJUSTADO DO FINANCIAMENTO(b) (Cr\$ MILHOES)	PRAZO MEDIO DOS FINANCIAMENTOS EM NR. DE DIAS
· PRODUTOS DO REINO ANIMAL	157	132690	90380	329
· PRODUTOS DO REINO VEGETAL	115	28810	21360	306
· GORDURAS E OLEOS	93	138270	85330	159
· PRODUTOS DAS IND. ALIMENTICIAS	218	236430	148550	300
· PRODUTOS MINERAIS	20	6260	4300	311
· PRODUTOS DAS IND. QUIMICAS	171	105800	64930	281
· MATERIAS PLASTICAS ARTIFICIAIS	89	41780	25020	285
· PELES COUROS E OBRAS DESTES MATERIAIS	87	19680	17240	325
· MADEIRA E OBRAS DE MADEIRA	174	32680	20320	268
- CELULOSE, PAPEL E SUAS APLICACOES	63	52840	39980	314
- MATERIAS TEXTEIS	284	140600	98750	320
- CALCADOS	285	95370	80350	344
- OBRAS DE PEDRA GESSO E CIMENTO	68	16380	12310	322
- PEDRAS PRECIOSAS, SEMIPRECIOSAS E SEMELHANTES	46	3000	2090	328
- METAIS COMUNS O OBRAS DESTES METAIS	272	295600	164800	271
- MAQUINAS E APARELHOS ELETRICOS	329	179850	117290	304
- MATERIAL DE TRANSPORTE	71	50320	30310	314
- INSTRUMENTOS E APARELHOS DE OPTICA	30	4750	3680	342
- ARMAS E MUNICOES	8	7070	2810	336
- MERCADORIAS E PRODUTOS DIVERSOS	50	3050	2550	311

corrigidos pelo IGP-DI

Valor ajustado pelo prazo de financiamento e taxas de juros do periodo

Fonte: BRAGA & BAUMANN; "Subsidios implícitos nos créditos oficiais a exportação" - Revista PPE nr.15(3)

A - RJ 1985 - pags. 579 a 596

comerciais à uma taxa fixa de 40% ao ano, quando a inflação em 1982 e 1983 foi, respectivamente, de 95,4 e 154,5%.

As tabelas 4.2 e 4.3 mostram, respectivamente, os setores industriais beneficiados e o montante do valor financiado, nos anos de 1982 e 1983, a valores de dezembro de 1983.

De acordo com a Tabela 4.2, em 1982 os produtos das indústrias alimentícias foram os mais beneficiados pela política de financiamento (pré-embarque) das exportações. Os créditos subsidiados repassados a esses produtos, com esta finalidade, foram de Cr\$ 204 bilhões, contra Cr\$ 202 bilhões de metais e suas obras e Cr\$ 172 bilhões de máquinas e aparelhos elétricos.

No ano de 1983, como mostra a tabela 4.3, os mesmos três setores do ano anterior continuaram a receber os maiores valores em termos relativos. Houve apenas uma inversão nos dois primeiros lugares, à frente, agora, ficaram os metais e suas obras (Cr\$ 164 bi), seguidos pelos produtos das indústrias alimentares (Cr\$ 148 bi) e pelas máquinas e aparelhos elétricos (Cr\$ 117 bi).

NOTAS - CAPÍTULO 4

(1) MUSALEM, A.R.; ob. cit.

(2) CARDOSO, E.; "Incentivos às exportações de manufaturados: série histórica" in Revista Brasileira de Economia - vol.34 nr.2 FGV-RJ 1980

(3) DORNBUSH, R. & CARDOSO, E.; "Uma equação para as exportações brasileiras de manufaturados" in Revista Brasileira de Economia - vol.34 nr.3 1980

(4) TYLER, W.; "Política industrial e exportação de manufaturados no Brasil" - FGV-RJ 1983.

(5) BRAGA, H. & BAUMANN, R.; "Subsídios implícitos nos créditos oficiais à exportação: quantificação e avaliação" in Revista Pesquisa e Planejamento Econômico - IPEA-RJ vol.15(3) 1985 - págs. 575 a 596

(6) TYLER, W.; ob. cit.

(7) BRAGA, H. & BAUMANN, R.; ob. cit.

(8) BRAGA, H. & BAUMANN, R.; ob. cit.

(9) TYLER, W.; ob. cit.

CONCLUSÃO

Viu-se que de 1980 a 1982 o setor das indústrias alimentares foi o maior beneficiado com os incentivos creditícios às exportações, com relação ao montante de recursos recebidos neste período se comparado com o montante recebido por outros setores. O pré-financiamento representou, naquele período, mais de 70% do total de incentivos creditícios concedidos aos exportadores, como mostra a tabela 3.4 do capítulo anterior. Isto mostra que a nossa afirmação tem uma base sólida de sustentação.

A partir de 1983, como mostra o capítulo 1, os produtos manufaturados pertencentes aos setores de metalurgia/siderurgia e de transporte começam a ganhar mais espaço na pauta, em termos de valor exportado. Isto pode explicar o motivo do setor de metais e suas obras ser o mais beneficiado no ano de 1983.

Devido a indisponibilidade de dados, não é possível a quantificação dos subsídios implícitos nos créditos à exportação a partir de 1984. Mas com a privatização de várias linhas, a partir de 1985, este tipo de incentivo à exportação passa a perder importância, como mostra a tabela 3.5, havendo assim, a necessidade de se repensar todo o aparato de incentivo creditício às exportações.

REPENSANDO O APARATO DE INCENTIVOS CREDITÍCIOS ÀS EXPORTAÇÕES

Desde 1988, a política de crédito às exportações encontra-se bastante inativa, estando suspensas praticamente todas as linhas de crédito(1). Ficaram funcionando as linhas privadas (bancos comerciais privados e os adiantamentos de contrato de câmbio(ACC) e adiantamento sobre cambiais entregues(ACE). Diante disto, seria necessário pensar num novo sistema de financiamento, onde a maioria das empresas exportadoras pudessem ter realmente acesso às linhas de crédito e este incentivar decisivamente as exportações brasileiras de manufaturados. Como uma primeira tentativa de caracterizar um novo sistema, pose-se dizer que este deve ser pouco complexo e trabalhoso, diferentemente do anterior.(2)

O novo sistema deveria também definir metas em termos de conquista de novos mercados e manutenção dos atuais, atendendo um número cada vez maior de exportadores.

Um último ponto, mas de extrema importância, seria a criação de um Banco de Comércio Exterior (BCE). Calcula-se, nos meios empresariais e no ministério da economia, que um banco específico para Exportação poderá financiar de US\$ 10 a 15 bilhões por ano de produtos manufaturados, com ênfase em bens de capital (máquinas e equipamentos).(3).

Este banco deveria ser criado com a participação de grupos ligados diretamente à atividade exportadora, entre eles, pode-se colocar os bancos brasileiros, companhias de seguro, empresas exportadoras e agências governamentais.

A criação deste banco, com certeza, daria uma maior propulsão ao comércio exterior brasileiro.

NOTAS - CONCLUSÃO

(1) GROSTEIN, S.; "Procedimentos operacionais e administrativos nas exportações e utilização de incentivos fiscais e creditícios" - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Piracicaba - abril/90

(2) RATTO Jr., O.R.; "O atual sistema de financiamento às exportações" in Revista Brasileira de Comércio Exterior - FUNCEX-RJ mar/abr-89

(3) Folha de São Paulo - Caderno de Economia - pág. 10
09/09/90

BIBLIOGRAFIA

- BALASSA, B.; "Política de Incentivos no Brasil" in Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE) vol.9(3) IPEA-RJ 1979.
- BARROS, J.R.M. et alii; "Sistema fiscal e incentivos às Exportações" in Revista Brasileira de Economia vol.29 nr.4 FGV-RJ 1975.
- BERGSMAN, J.; "Política de comércio exterior no Brasil" in Revista Estudos econômicos FIPE-USP vol. 5-nr.2 SP1979
- BONELLI, R. e SUZIGAN, W.; "Crescimento industrial no Brasil - incentivos e crescimento recente" IPEA RJ 1974.
- BRAGA, C.A.P.; "Aumento na oferta de exportação de produtos siderúrgicos brasileiros: um estudo de caso" in Revista Estudos Econômicos FIPE-USP vol. 16 nr. especial SP 1986
- BRAGA, H.; "Aspectos distributivos do esquema de subsídios fiscais à exportação de manufaturados" in Revista Pesquisa e Planejamento Econômico vol.16(1) IPEA-RJ 1987.
- CARDOSO, E; "Incentivos às exportações de manufaturados: série histórica" in Revista Brasileira de Economia vol.34 nr.2 FGV-RJ 1980
- CARDOSO, E. e DORNBUSCH, R. "Uma equação para as exportações brasileiras de manufaturados" in Revista Brasileira de Economia vol.34 nr.3 FGV-RJ 1980.
- CARVALHO, J.L. e HADDAD, C.L.S.; "A promoção de exportações: a experiência brasileira até 1974" in Revista Brasileira de Economia vol.32 nr.1 FGV-RJ 1978
- DOELLINGER, C. von; "Exportações dinâmicas brasileiras" IPEA - relatório de pesquisa nr. 2 RJ 1971.
- DOELLINGER, C. von; "Exportações brasileiras: diagnóstico e perspectivas" in Revista Brasileira de Economia vol.26 nr.1 FGV-RJ 1972
- FAJNZYLBER, F.; "Sistema industrial e exportação de manufaturados" IPEA relatório de pesquisa nr.7 RJ 1971.
- FASSANO, U.; "A expansão das exportações e o crescimento econômico: o caso do Brasil" in Revista Brasileira de Economia vol.42 nr.1 FGV-RJ 1988
- FISLOW, A.; "Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira pós 1964" in ESTUDOS CEBRAP nr.7 jan/mar USP 1974.

GUIMARÃES, E.P.; "Uma nota sobre a influência da estrutura industrial na exportação de manufaturados brasileiros" in Revista Brasileira de Economia vol.39 nr.4 FGV/RJ 1984.

GROSTEIN, S.; "Procedimentos operacionais e administrativos nas exportações e utilização de incentivos fiscais e creditícios" Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - USP - Piracicaba - abril/90

HORTA, M.H.T.T.; "Fontes de crescimento das exportações brasileiras na década de 70" in Revista Pesquisa e Planejamento Econômico vol.13(2) IPEA-RJ 1983.

MELO, F.B.H.; "A agricultura de exportação e o problema da produção de alimentos" in Revista Estudos Econômicos vol.9 nr.3 FINE-USP SP 1979.

MELO, F.B.H. e ZOCKUN, M.H.G.P.; "Exportações agrícolas, balanço de pagamentos e abastecimento interno" in Revista Estudos Econômicos vol.7 nr.2 FINE-USP SP 1977.

MUSALEM, A.R.; "Política de subsídios e exportações de manufaturados no Brasil" in Revista Brasileira de Economia vol.35 nr.1 FGV-RJ 1981.

NEVES, R.B.; "Composição das exportações brasileiras e estabilidade na receita de exportações" in Revista Pesquisa e Planejamento Econômico vol.14(3) IPEA-RJ 1984.

----- "Exportações e crescimento industrial no Brasil" IPEA-RJ 1985.

----- "Exportação industrial e sua importância para a formação de poupança e de fluxo de renda internos" in Revista Estudos Econômicos vol.11 nr.3 FINE-USP SP 1981.

----- e BRAGA, H.; "O sistema brasileiro de financiamento às exportações" IPEA/INPES RJ 1986.

----- "Subsídios implícitos nos créditos oficiais à exportação: quantificação e avaliação" in Revista Pesquisa e Planejamento Econômico vol.15(3) RJ 1985.

----- "A racionalidade econômica na seleção de produtos beneficiados com financiamento preferencial a produção para exportação" in Revista Brasileira de Economia vol.39 nr.4 FGV-RJ 1985.

----- e MOREIRA, H.; "Os incentivos às exportações brasileiras de manufaturados - 1969/1985" in Revista Pesquisa e Planejamento Econômico vol.17(2) IPEA-RJ 1987.

OLIVEIRA, E.G.; "Balança comercial e produtos industrializados" in Revista Brasileira de Economia vol.34 nr.4 FGV-RJ 1980.

PINTO, M.B.; "Os efeitos dos incentivos sobre as exportações brasileiras de manufaturados" in Revista Estudos Econômicos vol.11 nr.3 FINE-USP SP 1981.

RATTO Jr., O.R.; "O atual sistema de financiamento às exportações" in Revista Brasileira de Comércio Exterior FUNCEX RJ mar/abr-90.

SERRA, J.; "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra" in Belluzzo(Org.); "Desenvolvimento Capitalista no Brasil" Ed. Brasiliense S.P. 1984.

STUKART, G.F.F.; "Subsídios creditícios à exportação" ensaios econômicos nr. 45 - EPGE-FGV RJ 1986.

TAVARES, M.C.; "Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente" in Tavares, M.C.; "Da substituição das importações ao capitalismo financeiro" Ed. Zarán RJ 1972.

----- "Exportações de manufaturados: uma avaliação" IPE-USP SP 1983

----- "O potencial das exportações brasileiras de manufaturados" PNBE nr.12 RJ 1983

TYLER, W.; "O emprego e a expansão da exportação de manufaturados numa economia em desenvolvimento: o caso do Brasil" in Revista Brasileira de Economia vol.27 nr.4 FGV-RJ 1973.

----- "O viés anti-exportação em políticas comerciais e o desempenho das exportações: uma análise do Brasil" in Revista Brasileira de Economia vol.36 nr.2 FGV-RJ 1982.

----- "Política industrial e exportação de manufaturados do Brasil" FGV-RJ 1983.